



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS REALEZA
CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

DIANDRA MAÍNE FOSS ALBERTON

**A INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
PÉROLA D'OESTE/PR**

**REALEZA
2017**

DIANDRA MAÍNE FOSS ALBERTON

**A INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
PÉROLA D'OESTE/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

**Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Aurélio
Gimenes Garcia.**

REALEZA

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Alberton, Diandra Máine Fóss

A Inclusão de um Aluno Surdo: Estudo de Caso na Cidade de Pérola D' Oeste/PR/ Diandra Máine Fóss Alberton. -- 2017.

28 f.

Orientador: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia. Trabalho de conclusão de curso (graduação) -

Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Ciências Biológicas , Realeza, PR, 2017.

1. Estudo de Caso. 2. Inclusão. 3. Surdez. I. Garcia, Ronaldo Aurélio Gimenes, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

DIANDRA MAÍNE FÓSS ALBERTON

**A INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
PÉROLA D'OESTE/PR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito parcial para aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Ronaldo Aurélio Gimenes Garcia

Membro 1: Prof. Dr. Jackson Luis Martins Cacciamani - UFFS

Membro 2: Prof. Me. Andréia Florêncio Eduardo de Deus - UFFS

Suplente: Prof. Me. Litiara Kohl Dors - UFFS

Sumário

1. Introdução.....	07
2. Metodologia.....	11
3. Resultados e Discussões.....	12
4. Considerações Finais.....	24
5. Referências Bibliográficas.....	25
6. Anexo.....	27

**A INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE
PÉROLA D'OESTE/PR**

**THE INCLUSION OF A DEAF STUDENT: CASE STUDY IN THE CITY OF PÉROLA
D'OESTE / PR**

Resumo

No decorrer dos anos diferentes pressupostos teóricos foram colocados em prática norteando a vida dos deficientes: exclusão, segregação, integração e por fim a inclusão. A pesquisa avaliou como está sendo desenvolvido o processo de inclusão escolar de um aluno com surdez em uma escola pública regular da cidade de Pérola D'Oeste/PR. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, na qual foi realizado estudo de caso com um aluno surdo incluído, levando em consideração a perspectiva da escola, da família e do próprio aluno incluído. A partir dos dados analisados considera-se que os espaços físicos e a parte documental já estão adaptados a inclusão, entretanto, melhorias são necessárias, envolvendo tanto o currículo como a interação entre envolvidos.

Palavras-Chave: Estudo de caso; inclusão; surdez.

Abstract

Over the years different theoretical assumptions were put into practice guiding the lives of the disabled: exclusion, segregation, integration and finally inclusion. The present research analyzed how the process of school inclusion of a deaf student is being developed in a regular public school in the city of Pérola D'Oeste / PR. This is a qualitative research, in which was performed a case study with an included deaf student, whereas the perspective of the school, the family and even the deaf student. From the analyzed data it is considered that the physical spaces and the documentary part are already adapted to inclusion, however, improvements are necessary, involving both the curriculum and the interaction between those involved.

Keywords: Case study; inclusion; deafness.

A INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO: ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE PÉROLA D'OESTE/PR

Diandra Maíne Fóss Alberton¹
Ronaldo Aurélio Garcia Gimenes²

Introdução

Ao percorrer os olhos pela história da nação e a história da educação do Brasil, depara-se com uma massa de pessoas que trabalha em prol da desconstrução diária de tabus impostos por uma sociedade que durante árduos e longos anos muito já excluiu, maltratou, banalizou e eliminou pessoas com deficiência do seu meio das mais variadas e drásticas formas.

Durante a institucionalização da pessoa com deficiência (SILVA, 2009), inúmeras mudanças aconteceram em relação à educação especial, mudanças estas vivenciadas por uma sociedade que as delineou por diversos períodos: exclusão, segregação, integração e, agora em vigência, a inclusão (SILVA & OLIVEIRA, 2013). Nesse contexto, se faz necessário resgatar o olhar construído historicamente sobre o sujeito com deficiência, especialmente a pessoa com surdez, assim como a organização das escolas especiais para o atendimento voltado a esse grupo de pessoas.

No período da antiguidade, na sociedade Greco-romana, os surdos passaram por períodos marcados por ondas discriminatórias e atrocidades, sendo vistos como animais e sem conhecimento. Na Idade Média, os surdos não podiam se casar nem herdar bens familiares, considerados 'sem salvação' perante a igreja católica, tidos como imbecis, anormais e incompetentes.

O período da exclusão, o primeiro período, foi um tempo marcado pelo afastamento de pessoas com deficiência (SILVA & OLIVEIRA, 2013), sendo que eram excluídas por completo da sociedade, não sendo aceitas no meio escolar, por serem vistas como incapazes, impotentes e improdutivas.

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Realeza*.

² Doutor em educação e professor adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus Realeza*.

Até meados do século XVI, os surdos foram vistos como ineducáveis, inúteis a coletividade e incapazes de possuírem direitos legais (DIAS, 2006), porém com todo este preconceito que os cercavam já haviam esforços para que tal história mudasse seu rumo.

No século XVI, o médico italiano Girolamo Cardano afirma que o surdo-mudo poderia ouvir lendo e falar escrevendo, mesmo demonstrando ser um avanço na educação dos surdos, tal circunstância dificultava a vida dos mesmos, pelo fato de que mesmo aprendendo a ler, escrever e falar, tais fatos não lhes fazia sentido e se tornava muito difícil, por não compreenderem, resultando apenas no ‘falar por falar’.

Seguido disso, também foi ensinada aos surdos a língua de sinais, articulada por meio do espanhol e monge beneditino Pedro Ponce de Leon, que ensinava aos filhos surdos dos nobres, dedicando-se a ensinar a ler, escrever, falar e aprender sobre a doutrina católica (SILVA, 2009). Já no ano de 1620, outro espanhol, Juan Pablo Bonet publicou um livro que tratava da surdez, explicando como exercitá-los para a emissão dos sons (DIAS, 2006), utilizando o alfabeto manual para que aprendessem a ler e também a gramática, não dispensando em momento algum a Língua de Sinais de seus ensinamentos.

Até os anos 1750, a situação em que eram submetidas às pessoas surdas era de calamidade, tendo restrição de alguns gestos e sinais. Viviam isolados, não alfabetizados nem informados de suas capacidades (DIAS, 2006), forçados apenas a fazer serviços menosprezíveis, em alguns casos submetidos à miséria, abandono, sendo considerados assim imbecis.

Durante os séculos XVIII e XIX surgiram às primeiras escolas públicas na Europa, despertando o interesse dos psiquiatras da época em tentar entender o que acontecia com as crianças que apresentavam dificuldades de aprendizagem (QUADROS, 2011). Após tais pesquisas crianças foram diagnosticadas com problemas cerebrais, considerados como ‘duros de cabeça’, idiotas e incapazes de desempenhar qualquer função, sendo brutalmente internadas em hospícios, executando-se assim o período da exclusão.

A exclusão predominou por um extenso período marcado pela marginalização e menosprezo das pessoas com deficiência, sendo excluídas brutalmente da sociedade para que não fossem percebidas, pois não eram bem-vistas nem aceitas. O próximo período da história da deficiência foi à segregação. Apesar de alguns avanços que vieram a acontecer, ainda predominavam inúmeras humilhações e atitudes preconceituosas e excludentes partindo da sociedade para com os deficientes. Embora fosse um novo período, ainda carregava traços da fase anterior, que até então estava em vigência.

O período da segregação concretiza-se como um período marcado por um extenso tempo de preconceito e marginalização, neste período a sociedade começava a perceber o fluxo de pessoas vistas como loucas, anormais e idiotas em circulação no meio social. Segundo Miranda (2003), tal fato era intrigante para uma sociedade preconceituosa, com isso, surgiram então às instituições segregadoras que foram abertas com o intuito de isolar as pessoas com deficiência em grupos, por serem consideradas como ameaças a população.

Segundo Leichsenring (2016), em 1822, a educação dos surdos teve intermediação do professor francês Ernest Huet, por meio de sua vinda ao Rio de Janeiro a pedido de Dom Pedro II, pois o imperador tinha um neto surdo (filho da princesa Isabel). Huet chegou com o objetivo de abrir uma escola especializada para a aprendizagem dos surdos.

No ano de 1857, na cidade do Rio de Janeiro Dom Pedro II, inaugurou a primeira instituição de ensino para os surdos no Brasil (LEICHSENRING, 2016), instituindo-se a língua de sinais, sendo então chamado de Imperial Instituto de Surdos-Mudos (IISM), existente até os dias atuais. Nomeado no ano de 1957 pelo presidente da nação Juscelino Kubitschek como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), sendo sancionado por meio da lei 3.198.

Por mais que já haviam alguns avanços conseguidos para a educação dos deficientes entre os anos compreendidos na segregação, traços de preconceito ainda se faziam presentes na sociedade, que via a pessoa com deficiência como não enquadrada nos requisitos de uma população bem-vista. Porém, dentre tanto preconceito, já surgiam pessoas que começavam a desenvolver pensamentos diferentes e por consequência por meio de protestos, começaram a mudar aos poucos a história destas pessoas.

Repercussões internacionais, lutas sociais e discussões sobre o ‘não contentamento’ da forma em que os deficientes vinham sendo tratados, surge então como forma de ‘treinamento’ para que essas pessoas pudessem viver em meio à sociedade. (SILVA & OLIVEIRA, 2013),

Neste sentido, o que prevalecia era que o indivíduo deveria se adaptar ao ambiente e não ao contrário, seguindo as mesmas técnicas adotadas em sala de aula e o mesmo currículo escolar (MANTOAN, 2003), concretizando-se assim a integração que ainda agia carregada de traços segregativos (SILVA & OLIVEIRA, 2013).

A Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), criada em 1977, permitiu com que os surdos reivindicassem por meio do direito de se comunicar por meio da Língua de Sinais em locais públicos, oficializando-se então o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. A lei

10.436, regulamenta e reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial de comunicação e expressão.

Com a aceitação da LIBRAS, os surdos sentiam-se mais aptos a comunicação, vivendo uma espécie de ‘momento especial’ na comunicação, pois tinham por direito uma língua própria que permitia a comunicação com as demais pessoas (SILVA, 2009).

Entre os anos de 1990 e 1994 foi proclamada a Declaração Mundial de Educação (Jontien, na Tailândia) e realizada a Conferência Mundial sobre as necessidades Educacionais Especiais (Salamanca, na Espanha) (BERGAMO, 2010). O Brasil ao fazer a análise e concordar com os dois marcantes acontecimentos decidiu então dar início à construção de uma educação inclusiva em parceria com a UNESCO, o Sistema Nacional Inclusivo, que desde então registra crianças com deficiência em escolas de ensino regular, o que garantiu um grande avanço na educação de nossa nação e nos demais países que optaram pelo novo modelo de ensino.

Após tais acontecimentos na Tailândia e na Espanha ampliou-se aceitação dos mesmos no Brasil. Declarou-se o término do período da integração, aquela que muito prejudicava os deficientes, pois nada lhes era garantido por direito além de frequentar salas de aula, não havendo nenhum atendimento especializado, bem como currículo e ambientes escolares adaptados. Dando início então numa nova perspectiva da educação de deficientes inicia-se a inclusão, período marcado por mudanças na educação e sociedade.

No ano de 1996, através da Lei de Diretrizes e Bases, no Brasil garante-se a inclusão como direito de toda criança com deficiência concedendo-lhe o direito que antes não lhes era concedido (MITTLER & MITTLER, 2001), determinando que todas as crianças, sem nenhuma exceção devem frequentar as salas de aula de ensino regular das escolas, escolas essas, que devem reorganizar o seu currículo, o método de trabalhar, ensinar e avaliar.

Duas décadas após a inclusão, ainda se necessita de grandes avanços e melhorias em relação ao atendimento especializado a estes alunos. Uma das maiores dificuldades que por consequência limita o ensino/aprendizagem é a falta, na maioria das escolas, de uma pessoa especializada em relação a cada deficiência, falta de materiais didáticos e de um processo avaliativo diferenciado.

Um fato de bastante relevância em relação aos surdos que deve ser levado em consideração é que nem todos apresentam domínio na Língua Portuguesa (LEICHSENDRING, 2016), afinal é a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que é considerada a língua natural/língua um da comunidade surda, com isso, os alunos devem ter acesso às informações

por meio da LIBRAS e que também pode ser compartilhada com os demais colegas, para que possam entender a compreensão a cerca do conhecimento de seus colegas inclusos.

A escolha da pesquisa deu-se por meio de um estudo de caso, utilizado como base para desenvolvimento de um portfólio acadêmico na disciplina de LIBRAS, que tinha como abordagem a perspectiva da inclusão e seu andamento. Baseado em relatos adjacentes de uma pesquisa desenvolvida com os próprios alunos que tinham colegas inclusos, estimou-se a possibilidade do desenvolvimento de um estudo de caso e o aprofundamento na vida de um aluno incluso na cidade de Pérola D' Oeste, levando em consideração tudo aquilo que engloba o processo inclusivo, tanto positivamente quanto negativamente.

Nesta perspectiva, desenvolveu-se e aplicou-se um estudo de caso, tendo como temática norteadora do desenvolvimento do trabalho de pesquisa a inclusão de um aluno surdo do Colégio Estadual Padre Réus, localizado na cidade de Pérola D' Oeste, focando nos avanços e impactos encontrados dentro do processo de inclusão sob a perspectiva da família e da escola (equipe pedagógica, diretor, professores e colegas).

Tal tema foi de relevância perante a escolha pelo fato de analisar os progressos conquistados por essas pessoas que até nos dias atuais são vítimas de preconceitos e discriminação, frisando ainda que muitas melhorias são necessárias perante tal período educacional.

Faz-se agora a apresentação dos procedimentos seguidos ao longo de toda pesquisa, levando em consideração a análise dos documentos da escola. Observando e refletindo sobre os documentos fornecidos pela mesma (PPP e PTD da professora de Biologia), o ambiente escolar, bem como suas adequações em relação à inclusão, tanto em estrutura quanto currículo, as atividades que relacionam o aluno incluso, alvo da pesquisa. A pesquisa reflete no englobamento da interação e envolvimento, tanto em espaço escolar quanto em meio social, ponderando o relato de familiares, direção escolar, equipe pedagógica e demais envolvidos no processo inclusivo do aluno surdo.

Metodologia

A pesquisa realizada contempla uma análise qualitativa, no âmbito do estudo de caso, que assim como salienta André (2015) abrange a necessidade de entender o conceito dos sujeitos, para que posteriormente possa ser compreendido qual é o sentido dado aos acontecimentos, bem como suas interações com a sociedade. Levando em consideração todos os pontos de relevância. Diversas fontes de dados, métodos de coleta, instrumentos e

procedimentos devem ser analisados e investigados para que as interpretações sejam as mais precisas possíveis (ANDRÉ, 2013).

O primeiro passo da pesquisa se deu por meio da fase exploratória/delimitação do foco de estudo, conhecendo o ambiente, os participantes, os procedimentos a serem realizados e também o contexto que seria envolvido, deixando claro qual é a problemática inicial (ANDRÉ, 2013). O estudo de caso foi desenvolvido com um aluno surdo da cidade de Pérola D' Oeste, Paraná. Estudante do Colégio Estadual Padre Réus, no qual cursa o 3º ano do Ensino Médio, período noturno.

O Colégio Estadual Padre Réus oferta o ensino regular, tanto o Ensino Fundamental de 6º a 9º ano quanto o Ensino Médio de 1º a 3º ano, tendo aproximadamente 78 funcionários, sendo 66 professores. A instituição atende um número aproximado de 570 alunos, desse número, 47 são alunos em processo de inclusão.

O foco da pesquisa se deu no dia a dia do aluno, levando em consideração a sua relação em sala de aula, com colegas e professores, a acessibilidade da escola em geral, o parecer da família, dos professores, equipe pedagógica e direção sobre tal aluno, bem como os avanços, as dificuldades e também os impactos causados pelo processo de inclusão em sua vida.

O estudo de caso foi construído por meio das análises de documentos fornecidos pela escola (Projeto Político Pedagógico e Plano de Trabalho Docente), do conteúdo mediado ao aluno, do material e dos modelos avaliativos, seguidas de observações e entrevistas. As análises documentais tiveram questões norteadoras a serem seguidas, observando se possuíam as adaptações necessárias da inclusão e se estavam em vigência em âmbito prático no meio escolar.

As observações foram feitas em sala de aula, a fim de que pudesse ser percebido qual é o comportamento do aluno em sala de aula, como interage com os colegas, qual é a relação entre professor/aluno, intérprete/aluno, colegas/aluno e vice-versa. A análise feita também foi direcionada em relação de como é mediado o conteúdo, se há alguma diferença na transmissão do conhecimento para com os demais colegas e de que forma a educação inclusiva vem se efetivando na vida desse aluno, bem como os efeitos advindos dela.

O segundo passo da pesquisa, se deu por meio da coleta de dados, ocorrendo posteriormente à identificação de todos os elementos envolvidos no decorrer da pesquisa. Procedendo à coleta sistemática dos dados, foram feitas consultas em diferentes fontes e estruturas de acesso. A coleta de dados se deu por meio da leitura de documentação escolar,

observações e entrevistas, deixando em evidência os aspectos de maior relevância e que possam atingir com os propósitos da investigação realizada.

Após a realização das análises documentais e também da observação, deu-se início as entrevistas, desenvolvidas por meio da análise e observações das falas dos envolvidos: mãe, irmã, padrasto/diretor, pedagoga, professora de Biologia, professora de Matemática (entrevistada também, por acompanhar o andamento do aluno em longo prazo) e intérprete. Todas as entrevistas foram realizadas no espaço escolar, as exceções foram à mãe e irmã que foram entrevistadas na casa da família, todas as entrevistas foram gravadas, transcritas e arquivadas.

Na última fase ocorre à análise sistemática dos dados (ANDRÉ, 2013), decidindo sobre as áreas exploradas, quais terão uma maior atenção. Nesta fase os materiais foram organizados e analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD)

Ao fazer uso da Análise Textual Discursiva mediante os dados obtidos no decorrer da pesquisa, foram levadas em consideração as falas que mais tem pertinência em relação aos impactos e os avanços do aluno surdo, acatando a sua inclusão na escola regular e relacionando-as com as falas dos autores que abordam discussões sobre os temas elencados e afins. Com isso, fez-se relação com os resultados e a abordagem dos autores que se referem ao processo inclusivo e enfatizam o mesmo, apontando abordagens vivenciadas dentro da inclusão por alunos deficientes e pessoas envolvidas em sua formação e cotidiano.

Para melhor compreensão de todos os caminhos percorridos ao longo do desenvolvimento da pesquisa, construiu-se um fluxograma minucioso elencando todo o desenrolar do estudo de caso, desde seus passos iniciais até o fechamento e conclusão do mesmo.

Figura 1 - Fluxograma da metodologia do trabalho.



Fonte: Elaborado pela autora.

Resultados e Discussões

A delimitação do foco, coleta e análise sistemática dos dados, contemplam as três fases norteadoras seguidas para a realização de estudo de caso. Durante a pesquisa foi deixado em evidência, tanto quais seriam as pessoas envolvidas na pesquisa quanto à forma em que se sucederam as análises e entrevistas e também a tabulação dos dados coletados.

Antes da realização das análises documentais, junto com a família foram coletadas informações sobre o histórico do aluno abrangendo o fato que o levou a surdez e também sua trajetória escolar.

Quando o aluno surdo já possuía um ano e cinco meses de idade, o mesmo já se comunicava e pronunciava algumas palavras, porém acabou ficando cada vez mais doente. A mãe sem saber direito o que fazer, nem ter condições financeiras para ir ao médico, acabou por esperar alguns dias. Percebendo que o caso não cessava, conseguiu recursos para ir ao médico, onde através de diversos exames constatou-se que a criança havia passado por uma intensa infecção e que os tímpanos do ouvido de seu filho haviam secado, tendo então perdido parte da audição.

O tempo passou, e com dois anos de idade a mãe percebeu que a interação e comunicação do filho já não eram mais a mesma. Foi até o atendimento municipal para que fosse agendada uma consulta pediátrica para o mesmo, passando por inúmeros exames novamente, comprovou-se que seu filho estava completamente surdo.

Sua vida escolar desde sempre foi complicada, afinal o mesmo não recebia o atendimento necessário que necessitava para conseguir aprender e assimilar conteúdos com aquilo que vivia.

Com dez anos de idade já cursava o 5º ano do Ensino Fundamental na Escola Municipal São Francisco de Assis, situada também em Pérola D' Oeste. A partir do 6º ano do Ensino Fundamental passou a estudar no Colégio Estadual Padre Réus, Colégio este que estuda até hoje.

Um dos fatos intrigantes é que todo o período, desde quando adentrou na escola, o aluno surdo possuía atendimento especializado uma vez por semana e somente até na hora do intervalo, tendo de passar o restante da semana sem nenhum acompanhamento que suprisse sua necessidade.

A situação começou a melhorar apenas quando iniciou o Ensino Médio, onde no 1º ano tinha o acompanhamento de um agente especializado todos os dias, mas somente até o

intervalo novamente. Já no 2º ano, conseguiu-se por meio de seus direitos uma intérprete de LIBRAS, sendo que apenas nesta época o aluno foi alfabetizado em LIBRAS para então começar uma comunicação mais efetiva. A intérprete o acompanha até os dias atuais, sendo que o mesmo foi reprovado um ano, com o consentimento dos pais para que pudesse aprender mais, agora que possuía um acompanhamento com intérprete.

No decorrer das análises documentais, primeiramente foi analisado o Projeto Político Pedagógico (PPP) para que posteriormente fosse estudado o Plano de Trabalho Docente (PTD) da professora de Biologia. O PTD analisado foi somente o da professora de Biologia, pelo fato de que inicialmente a pesquisa seria voltada apenas para a área da Biologia, mudança está ocorrida, adicionando mais uma entrevistada, a professora de Matemática, tendo em vista a convivência de longo prazo com o aluno.

O PPP foi analisado, partindo de uma visão mais ampla e geral da escola, para que sucessivamente fosse feita uma análise mais aprofundada de como acontece à aprendizagem na área da Biologia no decorrer das aulas, levando em consideração o processo inclusivo.

Durante as análises feitas em relação tanto ao PPP quanto aos espaços escolares, encontram-se documentados espaços que auxiliam os alunos inclusos a circularem pela escola e facilitam o seu deslocamento e aprendizado, tendo como espaços adaptados dois sanitários, sendo um masculino e um feminino, uma sala CAEDV (Centro de Atendimento Especializado na área de Deficiência Visual) e também uma sala CAES (Centro de Atendimento Especializado na área de Surdos). Tais salas ofertam atendimento em horário contrário ao de aula, para que os alunos surdos e cegos frequentem tal ambiente, a fim de reforçar aquilo que viram em sala de aula e se aperfeiçoarem ainda mais seus conhecimentos com materiais diferenciados.

Tais espaços ofertados tanto para os surdos quanto para os cegos são de relevância, sendo que ofertam matérias que facilitam o aprendizado e desenvolvimento de atividades auxiliaadoras na comunicação. O aluno surdo frequenta a CAES no período contrário em que estuda, onde lá tem aulas de reforço e também treina LIBRAS com uma professora especializada, efetivando mais ainda a educação.

Compreendido entre os objetivos da escola, constam nos documentos a garantia de um atendimento de qualidade a todos os alunos que apresentam necessidades especiais. Inclui-se nos documentos a organização e a oportunidade de ser trabalhado sobre o tema inclusão no momento das formações continuadas/conselhos de classe e também o fornecimento de um atendimento especializado a estes alunos inclusos.

De acordo com Drago (*apud* VEIGA, 2003), o Projeto Político Pedagógico de uma escola não deve ser apenas um documento repleto de regras e normas, ficando engavetado, se tornando apenas mais uma norma burocrática. Muito pelo contrário, tal documento deve explicitar o papel da escola na sociedade e definir os caminhos envolvidos com o processo de inclusão.

Dentro do Marco Situacional, Marco Conceitual e Marco Operacional consta que a escola está aberta para receber todos os alunos inclusos, independente de qual for a sua deficiência. No caso dos alunos que necessitam de um atendimento mais especializado, incluindo os alunos com deficiência, são ofertadas, tanto a sala de recursos quanto à sala de apoio, contemplando alunos com maiores dificuldades e baixo rendimento escolar, incluindo métodos diversificados de aprendizagem.

Para todos os alunos, sejam inclusos ou não, são ofertados tais atendimentos, seja a sala de recursos quanto à sala de apoio, sendo que assim como a CAEDV e as CAES, funcionam em horário contrário em que o aluno estuda, os alunos que frequentam tais ambientes são separados em turmas para que a professora tenha condições de acompanhá-los mais de perto. Tal atendimento além de auxiliar no aprendizado do aluno, dá mais uma chance para que todas as dúvidas sobre referente conteúdo sejam supridas, afinal como é atendido um número menor de alunos, fica mais fácil para a professora atender a todos individualmente.

O Marco Conceitual frisa ainda que não somente os espaços escolares devem ser adaptados para os alunos inclusos, mas também os métodos de aprendizagem e de avaliar, contribuindo para que os alunos possam ser inseridos em uma escola inclusiva que respeite as diferenças, seja produtiva e igualitária. A SEED (Secretaria de Estado da Educação), afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e liberdades que as demais pessoas, atendendo assim a perspectiva de inclusão para todos nas escolas do Paraná, sendo pública, gratuita e de qualidade (PARANÁ, 2005).

As escolas devem estar preocupadas com o atendimento da diversidade social, econômica e cultural, garantindo a inclusão de todos os indivíduos. Os professores passam por grandes desafios em sala de aula, estabelecendo propostas de ensino, reconhecendo as práticas culturais sem perder de vista o conhecimento que já foi produzido historicamente, constituindo um patrimônio de todos (PARANÁ, 2005).

Saliento que a inclusão realmente não é algo fácil para ser contemplado definitivamente, pois o sistema de ensino ainda não está estabelecido de acordo com aquilo que deveria estar. Professores despreparados, sem formação e cursos voltados para tais temas,

salas cheias, alunos dispersos e desatentos são alguns dos motivos para que a mesma não se efetive. Com isso na maioria das escolas a inclusão está implantada, porém não vem acontecendo da forma em que deveria, por inúmeros motivos que ainda devem ser repensados, partindo de um todo para o meio escolar.

No tópico nomeado como ‘inclusão’ no PPP, documenta-se que cada aluno incluso, que possui alguma deficiência, além de ter apoio do professor em sala de aula, possui outro professor especializado, que lhe auxilia na aprendizagem, apontando ainda que após a inclusão fazer parte da vida da escola procura-se sempre adotar práticas diversificadas no ambiente escolar, seja por meio de atividades recreativas, extraclases e esportivas, adaptando o PPP e adotando uma nova filosofia para a escola.

Ao abordar a relação entre o PPP e a inclusão, que abrange a educação de qualidade para todos, não se deve apenas levar em consideração a reorganização de tal documento, bem como as concepções de homem, mundo e sociedade, mas sim se deve ser analisado o contexto de todos os alunos inclusos, deixando em evidência a qualidade e uma nova contextualização de ensino (GRAGO, 2011).

Em relação à análise do PTD da professora de Biologia, no campo que corresponde à avaliação, afirma-se que ocorre processualmente, observando sempre as dificuldades e avanços ao longo do trimestre, sempre que necessário realizando adaptações.

Para os alunos inclusos, as avaliações são diferenciadas, sendo realizadas adaptações necessárias de acordo com a deficiência de cada aluno, levando em consideração que, na resolução de provas escritas, o número de questões e o tempo para realização das provas também pode variar de aluno para aluno. O que mais se avalia nas atividades dos alunos inclusos é o nível de rendimento dos mesmos, porém jamais se compara com os demais alunos, mas sim, consideram-se, os avanços e impactos, atingidos ao longo de todo o processo de ensino.

Um fato intrigante durante as análises documentais e as entrevistas foi no momento em que se analisa o PTD, onde o mesmo apresenta uma avaliação diversificada para os alunos que são inclusos. Fato este que foi negado pela intérprete de Libras em sua entrevista. A situação é intrigante uma vez que o documentado não condiz com a prática de sala de aula, sendo que não foi tomada até o presente momento nenhuma atitude que se reverta à situação.

Atitudes contraditórias perante a inclusão estão muito presentes no âmbito escolar que atendem alunos inclusos, sendo que na documentação consta realmente como a inclusão deveria ser. No entanto, infelizmente no dia a dia escolar, no meio de convivência não é realmente isso que acontece. As consequências desse processo o surgimento de escolas que

aparentemente parecem estar de acordo com as normas da inclusão garantidas por lei, entretanto em prática acontece muito pouco ou nada do que é proposto, dificultando mais uma vez o surgimento de educação de qualidade para todos.

Foram feitas observações em sala de aula, num total de dez aulas, levando em consideração tudo aquilo que circundasse o aluno surdo e também o envolvimento de tal aluno com os colegas, intérprete, professores, conteúdos e atividades.

Como se trata do ensino regular em escola pública e noturna, todos os alunos da presente turma trabalham durante o dia, com exceção do aluno surdo. O fato de que os alunos trabalham no período contrário em que estudam, faz com que os alunos já chegam à escola, cansados, resultando em uma turma pequena, pouco participativa, bastante dispersa e falante.

Durante todas as observações o foco era o aluno surdo, suas atitudes, interações e desempenho, sendo que durante as observações um dos objetivos era escolher dois colegas de turma para que pudessem participar da entrevista e contribuir significativamente. A possibilidade de entrevistar colegas de turma foi refutada, pelo fato de nenhum colega ter um contato mais próximo com o aluno incluso, sendo uma turma mais dispersa, sem ter uma relação mais próxima.

A partir das observações dos comportamentos dos colegas em sala de aula em relação ao aluno incluso, percebe-se que a inclusão realmente neste âmbito tem muito que avançar. Por mais dificuldades de comunicação que possa haver entre os alunos é de fundamental importância uma intervenção da escola e dos professores nesta situação criando um ambiente de maior cooperação e solidariedade. Isso se faz necessário, tanto para uma maior participação do aluno surdo quanto para envolvimento com a turma. É importante que os colegas busquem sempre interagir com o mesmo, para que ele se sinta realmente acolhido e incluso junto ao meio escolar que frequenta.

No decorrer das aulas tudo aquilo que a professora repassa para os demais, a intérprete repassa para o aluno surdo por meio da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), estabelecendo uma comunicação, conforme o acompanhamento do aluno. Neste período não houve nenhuma avaliação, somente algumas atividades para que os alunos pudessem tirar suas dúvidas e colocar o que sabiam em prática.

Durante as dez aulas acompanhando aquilo que o aluno fazia e como reagia, percebia que o mesmo não estabeleceu uma comunicação significativa com ninguém, além da professora e intérprete, não buscando um laço de amizade com os colegas nem vice-versa.

De acordo com a perspectiva da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (RJO, 2009), o professor é quem deveria ser o responsável pela mediação da construção do

conhecimento do aluno surdo, promovendo a sua interação com os alunos e o desenvolvimento de práticas e estratégia pedagógicas que são capazes de atender os alunos e suas necessidades. A partir de então diferentes práticas, sendo estas aquelas que fogem do comum, deveriam ser adotadas em sala de aula, para que haja uma maior interação do aluno surdo tanto com a turma quanto com o conteúdo mediado.

Em seus depoimentos as professoras (Biologia e Matemática), afirmam que os métodos e materiais utilizados em sala de aula, são os mais diversos, para que o aluno possa interagir com a turma e efetivar o conhecimento. Elas responderam que sempre buscam facilitar a forma dele entender o conteúdo e poder ter o mesmo em seu caderno, repassando tudo sempre para a intérprete, para que posteriormente, a mesma, repasse para o aluno.

Dentre as técnicas utilizadas eu escrevo no quadro, ele sempre esta sentado na frente, sempre que vou explicar o conteúdo fico de frente para ele para que ele possa perceber minha expressão e faça leitura labial, proporcionando também trabalhos em grupo (Professora de Matemática).

Segundo a professora de Matemática, o aluno não estabelece laços de entrosamento com os colegas, isso acontece pela rápida mudança de temperamento do aluno, onde segundo ela 'às vezes ele gosta das pessoas, às vezes não'.

Durante as observações já foi percebido que não há nenhuma interação do aluno com os demais colegas, sendo que a única pessoa que tem comunicação é com a professora e intérprete, os alunos nos momentos de dispersão, não o chamam para corroborar, sendo que o aluno fica sentado olhando para frente ou observando as atitudes dos demais colegas.

Ao questioná-las em relação á inclusão nas escolas públicas de ensino regular, tanto a professora de Matemática quanto de Biologia, concordam com a implantação da mesma, porém complementam que a mesma vem sendo trabalhada/abordada/imposta de forma errada em muitos casos na escola.

Ainda ficam em evidência em algumas escolas as estratégias inadequadas utilizadas no ensino. Dentro de uma escola inclusiva é necessário que toda a equipe tenha claro que não é possível que os alunos aprendam da mesma forma que os alunos ouvintes, deixando de lado a homogeneidade que agrupa os alunos iguais entre eles, pois caso a mesma se efetive os alunos inclusos acabam por se excluir ainda mais do meio (LIMA, 2010).

O fato de a inclusão estar presente e ativa no meio escolar, não é o suficiente para que ela se efetive. Os professores devem estar preparados e se atualizando constantemente, pois inúmeras são as mudanças deste processo, não somente burocráticas, mas também na

prática. A partir do momento em que a escola abrir as portas para inclusão ela deve instigar os professores formas diferentes de trabalhar e também envolver os alunos, incentivando que o coletivo seja despertado, fazendo da turma uma das peças principais para a efetivação da inclusão.

Uma das professoras utiliza como exemplo o próprio aluno surdo, alvo da pesquisa, pois o mesmo é incluso na escola desde o 6º ano, e apenas em 2016, no 2º ano do Ensino Médio que o mesmo conseguiu acompanhamento com uma intérprete. Ambas citam que o descaso do Governo com a educação é muito grande, se tornando inacessíveis na maioria das vezes.

Levando em consideração a fala das professoras em relação ao descaso do Governo e ao acompanhamento dos professores, Neves e Rosário (2014), citam que as nossas políticas públicas necessitam de reestruturações em sua maioria, sendo que o Governo precisa ouvir o corpo escolar e orientá-los para que a inclusão realmente aconteça.

Uma das entrevistadas, cita que em alguns casos de inclusão, no seu ponto de vista são impossíveis. O aluno está no processo de inclusão, frequenta a escola de ensino regular, porém mesmo com tudo isso se efetivando, ele não é realmente incluso. Apenas frequenta a escola, sem que nada se flexione para que algo mude, partindo desde o espaço escolar até mesmo a documentação, currículo e ações dos professores em sala de aula.

Perante a avaliação dos alunos, uma das professoras cita que:

Ele é avaliado de forma diferenciada. Porque ele também apresenta um comprometimento cognitivo. E ele é parcialmente alfabetizado em LIBRAS, então na maioria das vezes ele só reproduz mesmo (Professora de Matemática).

O pouco que acompanham a caminhada do aluno, relatam que o mesmo obteve bastante avanços após a inclusão, principalmente na socialização com os colegas, contudo como o mesmo não socializa nem interage com a turma. A professora relata que “ninguém sabe o que ele sabe”, pois como não se expressa muito, reduz a possibilidade do professor ter uma noção mais abrangente do estado de aprendizagem que o surdo se encontra.

Segundo Lacerda (2006), as crianças com surdez apresentam uma defasagem no momento de estabelecer uma linguagem e comunicação com o grupo social em que vive acarretando consequências emocionais, cognitivas e sociais. Tal fato faz com que as crianças surdas encontrem-se defasadas em relação à escolarização, sem o adequando desenvolvimento e conhecimento do esperado para sua idade (LACERDA, 2006).

A pedagoga da escola afirma que inúmeras foram as mudanças positivas acontecidas com o aluno no decorrer dos anos,

Ele consegue se localizar no caderno da disciplina correta, se localiza corretamente no livro didático através das páginas que o professor coloca no quadro, entra sozinho no sistema do aluno no laboratório da informática sem ajuda, participa das apresentações festivas proporcionadas pela escola, faz atividades esportivas proporcionadas pela professora de Educação Física e entre outros (Pedagoga).

Numa visão ampla sobre a inclusão nas escolas a pedagoga afirma com veemência que é a favor de que este processo aconteça, porém complementa que para acontecer a escola necessita de uma estrutura física e pedagógica bastante organizada e preparada pra que o aluno seja bem recebido e realmente incluso na escola.

Para que o aluno surdo possa acompanhar as aulas com uma maior participação e entendimento daquilo que está sendo visto, a pedagoga comenta que é repassado aos professores para que trabalhe com imagens, TV pendrive, multimídia, textos entre outros recursos visuais. É pedido também para que aconteça bastante comunicação entre intérprete e professor, para que ambos saibam como está o andamento do aluno.

Confirmando os avanços dos alunos em relação à educação inclusiva, Lima (2010), afirma que a pessoa surda tem uma forma especial de ver, perceber, estabelecer relações e valores e que cada uma delas deve ser levada em consideração no momento da inclusão, fazendo a interligação entre sua educação e os valores culturais, inserindo-o assim na sociedade.

Confirma de acordo com a fala das professoras que o aluno incluso é avaliado diferentemente dos demais colegas, citando que:

O aluno é avaliado de acordo com todas as suas atitudes e de seus comportamentos vistos no ambiente escolar. Tudo o que ele produz, o pouco que ele produz, é considerado (Pedagoga).

Os progressos na vida escolar do aluno, são visíveis, relata ainda a pedagoga, seja por meio da comunicação e socialização com as pessoas que o cercam. Acredita-se que não há nenhuma forma de prejuízo em relação aos conteúdos mediados em sala de aula e o aluno, afinal ele possui uma intérprete que está sempre presente, auxiliando em tudo o que é possível, para que ele não seja prejudicado.

Assim como sucessivamente será apontado pela intérprete, somente a sua presença não é o suficiente em sala de aula. Há a necessidade de uma atenção maior de todos os

envolvidos com a aprendizagem, atenção está que deve ser direcionada para a inclusão e que contribua positivamente na vida de quem está envolvido com a mesma. Inúmeras são as formas possíveis para a efetivação da mesma. Cada instituição escolar, de acordo com a sua história e realidade social, deve buscar a sua.

Obviamente após passar todo o Ensino Fundamental e hoje já no Ensino Médio incluso, o aluno já se sente mais a vontade e cercado de pessoas que os vê como um aluno como qualquer outro, com a mesma capacidade de aprender e interagir com os colegas, porém o aluno ainda demonstra traços de temperamento alterado, sendo que na maioria das vezes que age agressivamente é por se sentir excluído e rejeitado do grupo.

Uma das possibilidades para que tal fato deixasse de acontecer em âmbito escolar, para que houvesse uma maior interação entre os alunos, seria de a escola promover palestras, debates e discussões sobre a inclusão, permitindo então com que os alunos possam entender como acontece tal processo e passam a interagir mais com os colegas adjacentes da inclusão.

A pedagoga salienta que durante os conselhos de classe, realizados no final de cada trimestre o aluno é tratado como todos os demais, o que muda em relação a isso, é apenas no momento em que os professores fazem a adequação curricular e também planejam as suas aulas. Fato este que se contradiz em partes das entrevistas.

A entrevista com o diretor envolve dois lados, o lado escolar e o lado familiar, pois o mesmo é diretor da escola e também padrasto do aluno com surdez incluso. Em relação às mudanças comportamentais do aluno, tanto na escola como também em casa, o mesmo juntamente com a mãe e a irmã citam que:

Antes de ele ter as aulas de LIBRAS e de reforço, em casa, ele nem conversava. E depois ele começou a se relacionar. Hoje ele se torou outra pessoa, ele é bem diferente do que quando ele estudava lá na outra escola, que ele não tinha nenhum acompanhamento. Ele era praticamente excluído de tudo (Diretor/Padrasto).

A presença da intérprete em qualquer que seja o âmbito da inclusão de surdos é essencial para que a mesma se efetive, bem como uma corroboração ativa dos professores no aprendizado, sendo que ambos quando trabalhando juntos proporcionam um aprendizado ainda mais enriquecido, utilizando de materiais e técnicas diversificados para mediar o conteúdo. Após a chegada da intérprete, neste caso específico da inclusão, houve um avanço significativa do aluno em relação ao seu comportamento e também a aprendizagem da LIBRAS. O aluno passou a se identificar com o ambiente escolar.

Antes do processo de inclusão do aluno, ele não se comunicava de forma alguma, algo que hoje é diferente, estabelecendo uma comunicação melhor, tanto na escola como também em casa. Relata ainda que na outra escola em que ele estudava (anos iniciais do Ensino Fundamental) ele não se comunicava com ninguém, não tinha acompanhamento, sendo totalmente excluído de tudo.

Antes de ser incluso mãe e irmã relatam que o aluno sofria muito bullying, como era apenas uma criança, os colegas de turma o maltratavam por não entenderem o porquê ele não se comunicava. Chegavam até mesmo a bater nele o que o tornava ainda mais agressivo. Ambas relatam ainda que ao adentrar num colégio de ensino regular, a situação inicial não foi muito diferente daquela já vivenciada, afirmando ainda que:

Os impactos no início da inclusão foram inúmeros. Eu achei até mesmo que não ia conseguir fazer a inclusão dele no colégio regular. Foi muito difícil nos primeiros tempos. As crianças não aceitavam ele porque ele tinha problema de audição. Tive que ir várias vezes até a escola pra trocar ele de turno, para ver se conseguia alguma (...). Foi muito complicado (mãe).

Nos dias de hoje em relação aos avanços, em casa seu comportamento mudou muito, está mais prestativo, obediente, produtivo e comunicativo. Faz as atividades lhe são conferidas em casa e também aquelas da escola. Hoje ele sabe até onde vai o seu limite, sempre que possível pedindo ajuda a sua família para ajudá-lo, conseguindo estabelecer amizade com as pessoas mais próximas. Acredita-se que tais avanços são decorrentes da presença da intérprete em sala de aula que mantém uma relação mais próxima com o mesmo.

A irmã cita que os avanços após o processo inclusivo são visíveis,

Até o 9º ano do Ensino Fundamental ele não gostava de LIBRAS. Eu ia tentar me comunicar com ele, ele não se comunicava, não aceitava a LIBRAS. Depois, quando ele entrou no 1º ano do Ensino Médio, mudou a professora. Ela começou o fazer gostar de LIBRAS (...). Hoje ele vem em casa, quer se comunicar por LIBRAS, tem coisa que não entendemos porque não temos um curso melhor nisso. Mas enfim, ele progrediu bastante (Irmã).

Antes da inclusão o diretor/padrasto relata que seu mau comportamento antes da não era por falta de educação, mas sim por não entender o que estava acontecendo com ele. As pessoas não estabeleciam comunicação, sempre o excluindo, com isso ele se sentia rejeitado e acabava por se irritar com as pessoas, sendo brusco e desobediente.

Em relação aos impactos e avanços do aluno mediante a inclusão, o diretor/padrasto cita que no início a inclusão foi impactante, pois sempre foi criado pela família com uma superproteção, ‘podando’ ele sempre que queria aprender coisas novas.

A consequência de tal cuidado exagerado da família desencadeou a perda dos limites e a desobediência, afinal em inúmeros casos foi proibido de fazer aquilo que era de sua vontade, pelo simples fato da família superprotegê-lo demais.

A inclusão nas escolas é vista pelo diretor/padrasto como algo que tem muito a melhorar ainda,

Na realidade o processo de inclusão na maioria das vezes ele não é inclusão, ele é na realidade uma exclusão. Por que você trata a pessoa como diferente dos outros e acaba excluindo, quando na realidade a inclusão ela deveria ser de tratar um aluno na escola como todos os outros, ele não deve nem ser protegido nem discriminado. Então se deve entender que ele é mais um, ele é igual aos outros. Então, a inclusão seria trazer ele junto com a comunidade escolar e com a família, para ele ver que ele também é igual aos outros e não é diferente. Então, eu acho que este processo ainda vai demorar porque nem as escolas não estão preparadas e muitas famílias também não estão preparadas para esta inclusão (Diretor/Padrasto).

Levando em consideração a fala do diretor/padrasto, relaciona-se a fala do mesmo com a de Lacerda (2006), que aponta a inclusão como aquela que deve atender um todo, dando suporte e assistência para os alunos, professores e escolas. A oportunidade de aprendizagem deve ser igualitária para todos os alunos, defendendo a necessidade de um programa educacional inclusivo que leve em consideração as capacidades individuais dos alunos, promovendo desafios para as crianças.

Por meio da entrevista com a intérprete surgiram novas informações, manifestando-se como um ‘choque de realidade’. A intérprete relata que apesar de ter uma relação muito boa com o aluno e lhe repassar tudo aquilo que a professora repassa para o restante da turma isso não é o suficiente. Menciona que somente com a intérprete a educação do aluno não se efetiva.

Em relação ao processo de inclusão, a intérprete cita que:

Citando o exemplo do aluno surdo. Se ela fosse uma inclusão que realmente acontecesse, ela seria boa. Mas como nela simplesmente é fornecido um intérprete, colocado o intérprete em sala de aula, isso não resolve, sendo que muitas vezes o aluno não sabe nem LIBRAS. Que é o que acontece no meu caso (Intérprete).

Complementando a fala da intérprete, Rijo (2009), salienta a importância de um intérprete em sala de aula perante a inclusão de alunos surdos, entretanto para que a inclusão

aconteça realmente, somente a presença do intérprete em sala de aula não é o suficiente. Para que o aluno realmente seja incluso, necessita-se da implantação de um ambiente agradável e comunicativo, para que o aluno possa desenvolver suas potencialidades.

Contradizendo algumas partes das entrevistas anteriores, a intérprete relata que não existe currículo adaptado e material diferenciado referente ao aluno com surdez, infelizmente surgindo o efeito do "aluno finge que aprende e o professor finge que ensina", percebendo então que o aluno é muito prejudicado em sala de aula comparando-o com os demais colegas, pois o canal de aprendizagem do surdo é o visual, porém é muito pouco trabalhado estimulando o visual do aluno, o que faz com que o mesmo não entenda e compreenda a maioria dos conteúdos.

Em muitas escolas o conhecimento é transmitido pelos professores numa perspectiva ainda tradicional, com isso em uma escola inclusiva as necessidades do aluno não são levadas em consideração, o que por consequência não gera um aprendizado significativo (RIJO, 2009).

Muitos são os problemas enfrentados após a implantação da inclusão nas escolas (LACERDA, 2006), como o processo ocorre com crianças que apresentam necessidades especiais, o atendimento as suas características particulares necessita de uma formação diferenciada, cuidados mais atenciosos e mudanças curriculares, exigindo o empenho do professor e da escola num todo, por meio de discussões e formações, o que por consequência, tem sido pouco feito.

Ao questioná-la em relação aos avanços e impactos do aluno em relação à inclusão, ela complementa que:

O aluno em relação à educação ele era um aluno sem educação nenhuma. Sem limites nenhum. A partir do momento em que eu comecei a trabalhar com ele, ele melhorou enquanto aluno, mas na questão de aprendizagem de conteúdos ele teve poucos avanços (Intérprete).

Para finalizar a entrevista a intérprete relata que não há nenhuma comunicação estabelecida entre professor e intérprete antes do planejamento das aulas e das atividades avaliativa. Concluindo que esta falta de interação entre professor e intérprete acaba por prejudicar o aluno tanto no âmbito da inclusão como no da educação.

A inclusão vem sendo uma proposta adequada para a comunidade escolar como menciona Lacerda (2006), mostrando-se disposta a atender as diferenças, porém a mesma não vem se tornando satisfatória, afinal os inclusos são pessoas que necessitam de inúmeras condições acessíveis, sendo que na maioria dos casos, não são propiciadas pela escola.

Ao observar os relatos ao longo do trabalho, bem como contextualizações desde o início da inclusão até os dias atuais, percebe-se que houve inúmeras mudanças no contexto deste aluno, sendo tanto impactos como avanços, tanto no meio escolar como no social.

Aulas sem abranger a inclusão, conteúdos sem interação entre professor e aluno, professor e intérprete e materiais conteudistas são alguns dos empecilhos que ainda travam a efetivação da inclusão nas escolas.

Dentre todos os aspectos observados e analisados no ambiente escolar, considera-se que muitas são as mudanças advindas com a inclusão, levando em consideração tanto a documentação escolar (PPP e PTD) quanto o espaço físico, sendo que ambos já estão adaptados para que a mesma realmente se efetive. Porém, melhorias ainda são necessárias, tendo de haver uma maior interação entre os envolvidos no processo, bem como um currículo que além de adaptado deve também ser colocado em prática.

Considerações Finais

Ao longo do desenvolvimento e toda a presente pesquisa, aconteceu um imensurável aprendizado, desde o início até a finalização da mesma, seja por meio da investigação na escola, as observações, as análises, as entrevistas e a tabulação dos dados.

O enfoque de todo o desenvolvimento da pesquisa foi em busca de resultados palpáveis em relação aos avanços e impactos encontrados ao longo de todo o período inclusivo do aluno, procurando estabelecer uma relação entre todas as respostas advindas perante as entrevistas e análises documentais.

Baseando-se nas análises e respostas das entrevistas, percebe-se que avanços são evidentes na vida do aluno em meio social, estabelecendo uma melhor comunicação fora da escola, seja com sua família ou demais pessoas que o cercam. Porém dentro do âmbito escolar encontram-se impactos em relação à interação com os colegas, o que não é algo estabelecido, o que acaba por excluir e irritar o aluno surdo.

Perante as atitudes da escola em relação ao currículo e mediação dos conteúdos, percebe-se que ainda há muito a melhorar, tendo de haver uma melhor relação entre professor e intérprete. Permitindo assim que as ideias de todos os envolvidos na inclusão passem dialogar e aconteça realmente a inclusão, mediando conteúdos acessíveis ao aluno, permitindo com que o mesmo interaja e participe, conseguindo compreender aquilo que lhe é mediado.

Depois de muitos anos sendo discriminado, sofrendo preconceito e bullying, percebe-se que hoje o aluno é bem aceito em espaço escolar, não havendo distinção dos demais. Apesar de não interagir tanto com os colegas, o aluno se sente a vontade de ir para a escola e procurar aprender com maior veemência. Acredita-se o maior interesse e empenho vem acontecendo pelo acompanhamento mais de perto da intérprete, que nos últimos dois anos têm uma convivência mais próxima com o aluno, o que lhe confere maior segurança e ânimo.

Conclui-se então que, por meio do presente estudo de caso que se buscou dar enfoque na inclusão de um aluno surdo de escola regular, levando em consideração seus avanços e impactos perante a inclusão. Percebe-se então que os impactos fizeram e ainda se fazem presentes em sua caminhada, porém os avanços surgem como frutos da busca em prol da melhoria do ensino inclusivo, trabalhando para que haja uma educação de qualidade e igualitária para todos.

Referências Bibliográficas

ANDRÉ, Marli. **Etnografia da Prática Escolar**. Prática Pedagógica. Campinas: Papirus, 2015.

_____. O que é um Estudo de Caso Qualitativo em Educação? **Revista da FAEEBA**. v. 22. n. 40, p. 95-103, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753/526>>. Acesso em: 28 Out. 2016.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação Especial: Pesquisa e Prática**. Curitiba, Ibepex, 2010.

DIAS, Vera Lúcia Lopes. **Rompendo a Barreira do Silêncio: Interações de uma Aluna Surda Incluída em uma Classe do Ensino Fundamental**. Rio de Janeiro:UERJ, 2006. 163 p. dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp050796.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A Inclusão Escolar de Alunos Surdos: o que Dizem os Alunos, Professores e Intérpretes Sobre esta Experiência. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 26, n. 69, p. 163-184, Campinas, mai/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

LEICHSENRING, Thaylis Leitzke. **Educação de Surdos Brasileiros: de Dom Pedro II aos Desafios Atuais**. Florianópolis, 2016. Disponível em: <<http://www.eneq2016.ufsc.br/anais/resumos/R1932-1.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

LIMA, Verônica Aparecida Pinto. **A inclusão dos Alunos Surdos nas Escolas Regulares da Rede Pública de Educação: uma questão linguística**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009. 20 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Especial, Centro de Ciências Humanas e Sociais Escola de Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/artigos_edespecial/surdos_escolapublica.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér, **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** São Paulo: Moderna, 2003.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, Deficiência e Educação Especial. **Revista HISTEDBR**, n.15, Campinas, 2004.

MITTLER, Penny; MITTLER, Peter. Rumo à Inclusão, **Pro-posições**. Campinas, v. 12. n. 2-3, p. 60-74, jul.-nov. 2001.

NEVES, Regiane Timoteo das; ROSÁRIO, Valéria Cassiano de Souza do. O Processo de Inclusão de um Aluno Surdo em uma Escola Regular: um Projeto de Intervenção. **Arara Azul**. Petrópolis, 14 ed. 2014. Disponível em: <<http://editora-arara-azul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/6%C3%82%C2%BA%20Artigo%20para%20Revista%2014%20de%20autoria%20de%20REGIANE%20DAS%20NEVES%20e%20VAL%20C3%83%C2%89RIA%20DO%20ROS%20C3%83%C2%81RIO.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

PARANÁ, Secretaria de Educação. **Avaliação, Sociedade e Escola: Fundamentos para a Reflexão**. 2 ed. Curitiba: SEED, 1997

QUADROS, Cristiane de. **Higienizar, Reabilitar e Normalizar: a Constituição da Escola Especial**. Goiânia: UFG, 2011. 223 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

RIJO, Marcos Giovane de Quevedo. **A Inclusão de Alunos Surdos nas Escolas Públicas de Passo Fundo**. Cuiabá: IFMT, 2009. 43 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Departamento de Pesquisa e Pós Graduação, Instituto Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2009. Disponível em: <http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971marcos_giovane.pdf>. Acesso em: 04 set. 2017.

SILVA, Natali Sala; OLIVEIRA, Thereza. Cristina. Bastos .Costa. **Concepções e Paradigmas: Da Exclusão a Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Realize Bahia, 2013. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_736_e26a65969cccf3441ecf8a14885ecf6e.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017.

SILVA, Silvana Araújo. **Conhecendo um Pouco da História dos Surdos**. Londrina, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/prograd/nucleo_acessibilidade/documentos/texto_libras.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2017.

Anexo

Orientações e normas da Revista Educação e Realidade para a qual o artigo será submetido.
Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade/

Normas da publicação

1. Os originais devem ser encaminhados pelo *site* da revista (<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/about/submissions>). Pede-se que os textos sejam justificados, digitados em espaço 1,5, em fonte Times New Roman, corpo 12. As citações com mais de três linhas devem vir sempre em novo parágrafo, em corpo 10, sem aspas e endentadas.
2. Solicita-se que o nome dos autores não apareça no corpo do artigo. Pede-se também a eliminação de trechos que prejudiquem a garantia de anonimato na avaliação e de dados de identificação nas propriedades do documento.
3. Todos os dados de identificação dos autores deverão ser digitados diretamente nos campos apropriados da página de cadastramento do artigo e do/a(s) autor/a(s) no sistema, incluindo nome completo do/a autor/a ou autores, endereço postal, telefone e e-mail para contato com os leitores, com uma breve descrição do currículo (no máximo três linhas) e filiação institucional. Esses dados não devem constar do arquivo Word (ou compatível) enviado pelo portal.
4. Os textos devem ser salvos no formato Word ou compatível, com *enter* apenas no fim dos parágrafos e após títulos, subtítulos etc. Os destaques que se fizerem necessários devem ser feitos em itálico.
5. Os artigos deverão ter entre 35.000 e 60.000 caracteres (incluindo os espaços), formatados para folha A4, incluindo as referências bibliográficas, notas e tabelas. Devem vir acompanhados de uma folha de rosto na qual, obrigatoriamente, devem constar resumo e *abstract* (entre 550 e 750 caracteres, incluindo os espaços) e palavras-chave (no máximo 5) em português e *keywords* em inglês. Os títulos devem ter no máximo 75 caracteres, incluindo

os espaços, e também devem ser traduzidos para o inglês. A folha de rosto não pode conter nenhuma identificação dos autores.

6. Alguns itens a serem observados na digitação dos textos: aspas duplas somente para citações diretas no corpo de texto; itálico para palavras com emprego não convencional e para palavras estrangeiras, neologismos e títulos de obras e publicações.

7. As citações devem obedecer à forma (Sobrenome do Autor, ano) ou (Sobrenome do Autor, ano, p. xx). Diferentes títulos do mesmo autor, publicados no mesmo ano, deverão ser diferenciados adicionando-se uma letra depois da data (Sobrenome do Autor, ano, p. xx).

8. As referências bibliográficas deverão conter exclusivamente os autores e os textos citados no trabalho e ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT disponíveis no *site* http://www.ufrgs.br/edu_realidade/referencias-er.htm. Quando for o caso, sempre indicar o nome do tradutor após o título do livro ou artigo.